

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ DIVERSIDADE, DIFERENÇA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS.

O Grupo de Pesquisa Diversidade, Discursos, Formação na Educação Básica e Superior (DIFEBA), e o grupo de estudos em Educação Inclusiva e Especial (GEEDICE), vinculado ao Difeba, ambos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), propuseram neste Dossiê Temático intitulado: *Diversidade, diferença e educação inclusiva: conceitos, políticas e práticas*, na Revista *Diálogos e Diversidade (RDD)* - vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), apresentar experiências de pesquisas, extensão e formação que apontem como autores/as e pesquisadores/as da área têm mapeado e problematizado os debates sobre educação inclusiva e as políticas produzidas para nortear as práticas de inclusão educacional no Brasil. Um dos objetivos do dossiê é tensionar e ampliar as concepções que fundam o debate sobre educação inclusiva e seus atravessamentos pelas diversidades e diferenças, que no Brasil têm sido tomados de maneira reduzida, e, portanto, reducionista, como pertinente apenas a estudantes com deficiências, enfocando a reconceitualização e reorientação de novas políticas e práticas ensejadas para educação especial.

O conjunto de sete (07) artigos que compõem o dossiê operam uma cartografia em aberto e operam um movimento duplo: por um lado, destacam e tensionam como a diversidade atravessa os documentos oficiais que concretizam as políticas e orientam as práticas, desde a perspectiva liberal da década de 90, que se consolida na BNCC, esvaziando o conceito de diversidade na perspectiva das diferenças, como denunciam Abramowicz et al (2011), pois prescrevem o ensino da norma, da normalidade, do comum, e circunscrevem as diferenças à tolerância, à celebração estereotipada, ao diversificado ou específico como extra do currículo e da sala de aula regular; por outro lado, problematiza a identificação do debate sobre educação inclusiva à educação especial na perspectiva da inclusão que tem precludido o diálogo interseccionalizado com o campo da diversidade e das diferenças, limitando e novamente tomando ora como sinônimo diferenças e diversidade, ora esvaziando semanticamente e politicamente estes conceitos, excluindo esta diferença, não compreendida como diferença, mas

apenas deficiência na perspectiva biomédica, do debate, das práticas, das micro e macropolíticas que anunciam, no devir, a educação como lugar da produção da heterogeneidade.

O artigo que abre o dossiê, intitulado *DIVERSIDADES, DIFERENÇAS E DIFERENÇA NO TERRITÓRIO ESCOLAR: CARTOGRAFIAS INICIAIS*, das autoras Luna Layse Almeida da Silva, Ana Lúcia Gomes da Silva e Juliana Cristina Salvadori, rastreiam os conceitos de diversidade, diferenças e diferença, através da pesquisa bibliográfica com ênfase na revisão conceitual, num recorte temporal de 2010-2020 e tiveram como objetivo central identificar matrizes teóricas que subsidiam os conceitos-chave mencionados e como tem emergido nos trabalhos da pós-graduação brasileira. As pistas que emergem dessa cartografia inicial mostram as (des)conexões e polissemias entre esses conceitos, sinalizando a disputa de forças em que a diferença se contrapõe, mas desliza para identidades e marcadores sociais; as diversidades emergem nas fronteiras, campo de conflitos que apagam a diferença e desigualdades provocando rupturas que sinalizam as possibilidades de fugas, quebras e sabotagens, com concepções fundadas em paradigmas críticos e pós-críticos.

O Segundo artigo de autoria de Camila Pereira Alves, *DESPATOLOGIZAÇÃO DE PROJETOS DE VIDA: PROCESSOS INCLUSIVOS E EXPERIÊNCIAS PERIFÉRICAS NA (TRANS)FORMAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS*, toma a experiência de acompanhamento e formação para o mundo do trabalho desenvolvida num programa socioeducativo com adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O relato da experiência narra, por meio do diálogo com os diários de campo, tomados como dispositivo de produção de dados, o que não cabe no texto institucionalizado, isto é, os modos instituídos, fazendo emergir, múltiplas possibilidades de intervenção da psicologia na educação, modos instituintes de fazer educação como modos de resistir à produção de segregação imposta pelo neoliberalismo de produção da vida.

Em *DEZ-FIANDO MEMÓRIAS: (re)constituição das atividades desenvolvidas no Seminário "Encontros com a Inclusão"*, as autoras Nicoleta Mendes de Mattos, João Mattos Nunes Costa e Natiele Sousa Santos nos brindam com a construção da memória institucional das sete edições do Seminário intitulado: "Encontros com a Inclusão". Tomam no estudo realizado os conceitos de memória em diálogo com (Le Goff; Halbwach), lugar de memória (Nora) e memória institucional (Matos). O tratamento dos registros iconográficos, textuais e audiovisuais de seis edições do evento, é realizado através da análise temática a partir de Bardin e tomando a inclusão e seus temas emergentes nos seminários como centralidade, a saber: a amplitude do tema inclusão em diálogos com outras áreas de conhecimento; a ênfase às especificidades locais e os desafios de uma prática anti-hegemônica de produção local de

conhecimento; a carência de na constituição de memória institucional do Departamento e da UNEB no que tange aos processos formativos que se dão no âmbito da extensão e no diálogo com inclusão, fundamentos para fomentar uma política institucional de inclusão.

No quarto artigo intitulado: *POR QUE PRECISAMOS FALAR DE INCLUSÃO?*, as autoras *Dagmar de Mello e Silva e Leiliane Domingues da Silva* interrogam-se e interrogam-nos sobre a pertinência da questão, posta no título, por meio da problematização das práticas discursivas produzidas na escola e que historicamente reproduzem e produzem exclusão. Para provocar a ruptura com práticas excludentes, as autoras dialogam com a filosofia da diferença e suas experiências de suas trajetórias nas dimensões da pesquisa, da extensão e do ensino.

O artigo *INCLUSÃO EDUCACIONAL NAS POLÍTICAS MUNICIPAIS: UMA ANÁLISE DE NORMATIVOS DE FEIRA DE SANTANA*, de autoria de Susana Couto Pimentel e Mikaelly Almeida Moreira discutem inclusão e diversidade a partir de análise documental das leis do município de Feira de Santana, tensionando a concretização das políticas em normativas que regulam práticas que garantam uma educação verdadeiramente inclusiva possibilitando não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso escolar de todos os discentes. As autoras destacam que as normativas para o público da educação especial garantem a convivência na escola com a diversidade étnica, cultural e a inclusão de discentes por meio de atividades itinerantes, enfatizando que concretização de políticas nas normativas é um dos instrumentos que a sociedade civil organizada possui para fazer o controle social de tais políticas e assegurar que retrocessos nas políticas de inclusão, não se imponham configurando políticas e práticas excludentes.

O artigo de Daiane Santil Costa, Élide Cristina da Silva de Lima Santos e Lana Tuan Borges de Jesus, intitulado *O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO DE ESTUDOS*, apresenta um levantamento de dissertações e teses, considerando a articulação do trabalho pedagógico realizado na sala comum e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) voltado para crianças com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação. As autoras olham para as práticas pedagógicas desenvolvidas nesse atendimento, e como estas práticas dialogam com o modelo social da deficiência e contribuem para a inclusão das crianças PAEE na Educação Infantil. Merece destaque seu debate sobre os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006), que circulam nova concepção de criança e de educação infantil, bem como resultados que apontam, entre outros pontos, a baixa taxa de matrícula de estudantes com deficiência na Educação Infantil e a prevalência ainda dos espaços segregados para meninos e meninas.

Para encerrar o conjunto de textos, o artigo *EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DOS AVANÇOS À LEGALIZAÇÃO DO RETROCESSO* de autoria de Izane Flexa Santa Brígida e Caroline Septímio Limeira traça uma análise do conceito de inclusão na, atualmente em julgamento por ação direta de inconstitucionalidade, Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (2020). Para tanto, as autoras elaboram análise documental do conceito de inclusão nas políticas a partir da *Constituição Federal* (1988), *Conferência Mundial sobre Educação para Todos* (1990), *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (1996), *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (2007), *Declaração de Salamanca* (1994) e por fim da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). A análise aponta, tal qual o artigo que abre esse dossiê, para o esvaziamento do conceito, legitimado por meio de políticas do atual governo federal, esvaziamento este que sinaliza um retrocesso não apenas no contexto da educação inclusiva como também para a escola pública no momento em que incentivam o “direito de escolha” por escolas especializadas, concretizando normativas e práticas que produzem novos modos de guetizar, insularizar e fragilizar a inclusão como direito dos sujeitos à uma educação de qualidade social em escolas cujo convívio com sujeitos diversos nos desafiam a uma educação plural entre diferentes, diferenças e diferença, produzindo subjetividades includentes.

Este dossiê cumpre, pois, seu objetivo e se traduz num virtuoso movimento de pulsão de vida diante de contextos cada vez mais desafiadores e marcados por retrocessos das conquistas sociais das políticas da diversidade tanto para a formação docente, quanto para o acolhimento aos sujeitos diversos que habitam os distintos territórios educacionais do país e do estado da Bahia.

Entendendo, pois a escola como espaço microssocial em que pulsam as forças construídas e reproduzidas no coletivo, e que se reverberam na escola, é que retomamos as reflexões propostas por Ramon Alcântara (2015, p. 16)¹, ao afirmar que há um “olhar do estranhamento da humanidade frente à sua diversidade. O olhar do susto, ao se perceber tardiamente que não somos iguais, que a diferença cerca nossas relações de maneira onipresente, olhar de incômodo”. O referido autor destaca que foram necessários alguns anos para se dar conta desse olhar, que antes lhe parecia incomum, mas era uma marca na história da humanidade e estava muito presente nas mais variadas relações sociais e cotidianos.

¹ALCÂNTARA, Ramon Luiz de Santana. **Formação para a diversidade?** Desafios da formação de professores em Grajaú-MA. São Luís: UFM, 2015, p. 16-54. 202f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) –Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015. Disponível em: < <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/750#preview-link0>>. Acesso em 26 abr. 2020.

São as diversidades mostrando-se pulsantes, com reverberações e tensionamentos, tais quais os autores, autoras e organizadoras deste dossiê, fazendo ver as diferenças, que a sociedade ainda teima deixar nas margens, considerando parte dessas diferenças com estranheza e anormalidade, sobremaneira, quando fogem às regras impostas ou dos conceitos já forjados e concebidos como verdades inabaláveis, impondo hierarquias, negação, desilusões, desafetos, desamor, dores e exclusões de distintas ordens.

É para provocar reverberações, deslocamentos, tensionamentos que continuarmos no movimento indissociável da pesquisa, ensino e extensão como posicionamento político de luta e de reexistência, e que convidamos os/ as leitores/as a tecer conosco outros fios nas urdiduras dos textos aqui recolhidos, que aludem ao que nos aponta o poeta Manoel de Barros, ao afirmar: “Repetir, repetir - até ficar diferente. Repetir é um dom do estilo”. (Manoel de Barros, 2016, p.15)². Convite feito, luta renovada, rede entretecida!

Juliana Cristina Salvadori e Ana Lúcia Gomes da Silva
(Organizadoras)

² O livro das ignoranças / Manoel de Barros. – Rio de Janeiro : Alfabeta, 2016.p.15.

REFERÊNCIAS

ALVES, Camila Pereira. Despatologização de projetos de vida: processos inclusivos e experiências periféricas na (trans)formação de adolescentes e jovens. **Diálogos e Diversidade**, v. 1, 2021. Jacobina – Bahia.

BRÍGIDA, Izane Flexa Santa; LIMEIRA, Carolline Septimio. Educação inclusiva: dos avanços à legalização do retrocesso. **Diálogos e Diversidade**, v. 1, 2021. Jacobina – Bahia.

COSTA, Daiane Santil; SANTOS, Élide Cristina da Silva de Lima; JESUS, Lana Tuan Borges. O atendimento educacional especializado para crianças da educação infantil: uma revisão de estudos. **Diálogos e Diversidade**, v. 1, 2021. Jacobina – Bahia.

MATTOS, Nicoleta Mendes de; COSTA, João Mattos Nunes; SANTOS, Natiele Sousa. Dez-fiando memórias: (re)constituição das atividades desenvolvidas no Seminário "Encontros com a Inclusão". **Diálogos e Diversidade**, v. 1, 2021. Jacobina – Bahia.

PIMENTEL, Susana Couto; MOREIRA, Mikaely Almeida Moreira. Inclusão educacional nas políticas municipais: uma análise de normativos de Feira de Santana. **Diálogos e Diversidade**, v. 1, 2021. Jacobina – Bahia.

SILVA, Dagmar de Mello e; SILVA, Leiliane Domingues da. Por que precisamos falar de inclusão? **Diálogos e Diversidade**, v. 1, 2021. Jacobina – Bahia.

SILVA, Luna Layse Almeida da; SILVA, Ana Lúcia Gomes da; SALVADORI, Juliana Cristina. Diversidades, diferenças e diferença no território escolar: cartografias iniciais. **Diálogos e Diversidade**, v. 1, 2021. Jacobina – Bahia.